

O mito da educação

Mais anos de escolaridade e acesso mais amplo à universidade são fatores positivos para o crescimento. Pense nisso de novo.

Acaba de ser publicado um dos livros mais corajosos, mais inteligentes e mais valiosos sobre política econômica dos últimos tempos - e não foi escrito por um economista. Alison Wolf é professora de Educação na Universidade de Londres. Poucos acadêmicos em posições como essa escreveriam um livro questionando um dos mitos mais celebrados pelos responsáveis por políticas públicas no mundo inteiro: a idéia de que o acesso mais amplo à educação é a chave para o sucesso econômico. Contudo, é esta a ousada missão que se propõe a autora de *Does Education Matter?*(*). O livro tem foco sobretudo no Reino Unido, cujo primeiro-ministro, Tony Blair, declarou que as três prioridades mais altas de seu governo são "educação, educação, educação". Os argumentos e as conclusões da autora têm relevância muito mais ampla, e são de grande importância e urgência também.

Do ponto de vista individual, os fatos mencionados no livro mostram, como seria de esperar, que a educação de fato importa. Ou seja, é preciso "ter as qualificações certas, nas áreas certas, conferidas pelas instituições certas". Na verdade, isso importa mais do que nunca. Os que abandonam a escola cedo, ou que não têm qualificações, ficam como que "marcados", destinados à baixa renda. Essa probabilidade é alta e continua aumentando.

Cada vez mais, os que não têm diploma universitário - ou, em alguns casos, diploma de uma boa universidade - também são classificados dessa maneira brutal. Em outras palavras, o retorno da educação, na esfera do indivíduo, é alto.

Mas há outra pergunta que também precisa ser respondida, especialmente em países com um sistema educacional (inclusive, universitário) financiado pelo Estado: qual é o retorno para a sociedade como um todo?

O livro mostra que esse retorno pode ser muito mais baixo do que se imagina. Em especial, mais educação não significa necessariamente mais crescimento, como supõe a maioria dos políticos (e dos economistas), antes de pensar o suficiente sobre o assunto.

As dúvidas não se concentram na educação primária e secundária. As sociedades modernas dependem de um alto nível de alfabetização e conhecimentos básicos de matemática. Se os alunos saem da escola primária e secundária sem possuir esses conhecimentos, a ignorância se transforma num fardo, para o indivíduo e para a sociedade. No topo da pirâmide, as sociedades modernas também precisam de excelentes universidades, que formem número substancial, mas não vasto, de profissionais qualificados para serem pesquisadores e praticantes de medicina, engenharia e ciências. De modo mais geral, a educação contribui (ou pode contribuir) para o capital humano de um indivíduo, o que torna as pessoas mais produtivas. E se os indivíduos de uma sociedade forem mais produtivos, seria de esperar que a própria sociedade também seja mais produtiva.

Sendo assim, qual é o problema? Se tudo isso é verdade, como é possível que um nível mais alto de educação não torne um país mais próspero? Um ponto crucial é que a educação é um "bem posicional": isto é, a preparação para obter salários elevados não depende apenas de ter instrução, mas, também, de ter uma instrução melhor que a de quem está ao lado. De certa forma, a educação é uma corrida: se todos correm mais rápido; isso pode ser um ponto positivo em si, mas não significa que mais pessoas possam estar entre os 10% superiores. Assim, boa parte desse esforço extra é perdida. É preciso manter isso em mente para bem avaliar os benefícios de maiores gastos em educação em relação ao seu custo.

O ponto forte do livro não é apresentar esse argumento, já bastante familiar, embora importante, mas, sim, chamar a atenção para outros perigos da atual obsessão com educação e crescimento. Um deles é que expandir a educação sem pensar melhor no assunto pode, na verdade, enfraquecer a ligação com crescimento, tal como é vista hoje. Outro ponto é que a preocupação com o crescimento econômico reduz e distorce a noção que a sociedade tem de que deve ser a educação.

No Reino Unido, como em muitos outros países, a ênfase econômica produziu uma obsessão pelas metas quantitativas. O governo quer que cada vez mais pessoas frequentem a universidade, e monta sua política financeira para esse fim. Ao que parece, porém, o aumento quantitativo reduz a qualidade média da educação universitária. Sem dúvida, este é um custo. Ganhos que se obtenham com mais graduados se reduzem como consequência do efeito "posicional". Além disso, o maior recrutamento de professores para o nível terciário absorve os melhores candidatos, que poderiam lecionar no segundo grau. Pior que tudo, talvez, é que, do ponto de vista econômico, as melhores universidades estão ficando sem recursos. Assim, não conseguem mais preparar tão bem os alunos mais brilhantes, para que assumam seus papéis de ponta na ciência e na tecnologia.

Empobrecimento geral. Por que ocorre esse esgotamento dos recursos das universidades de elite? Pode-se pensar que isso é improvável, especialmente se o governo está convencido de que a educação estimula o crescimento. Mas a experiência prova que não é assim, como mostra o livro de Alison Wolf. Grandes esforços para elevar o número de formados na universidade sempre são acompanhados de cortes orçamentários em todo o sistema educacional, para tornar viável a estratégia como um todo. E mais: num regime que está passando para o sistema de amplo acesso ao ensino universitário - em geral, às custas do contribuinte - toma-se politicamente difícil discriminar em favor das melhores universidades. Isso iria contra a essência igualitária do projeto educacional como um todo. Assim, as melhores universidades têm seu papel diminuído e um dos principais supostos elos entre educação e crescimento cai por terra.

Numa avaliação em que se considerem suas próprias metas quantitativas, a proposta de "educação, educação, educação" deixa muito a desejar. De todo modo, como o livro afirma, educação não é só questão de economia. Insistir em fazer mais pessoas passarem por um sistema universitário degradado será, com certeza, uma decepção em termos econômicos, por todos os motivos mencionados. É, também, algo que se destina, sob o impulso da preocupação auto-destruidora com o crescimento econômico, a deixar de lado aspectos que não se colocam como fatores úteis a esse propósito. "Nossos antepassados recentes", conclui a autora, "vivendo numa época significativamente mais pobre, preocupavam-se com os propósitos culturais, morais e intelectuais da educação. Ao negligenciar esses objetivos, estamos nos empobrecendo."

(*) **Does Education Matter? Myths about Education and Economic Growth**, de Alison Wolf. Penguin Books.

A lição está incompleta

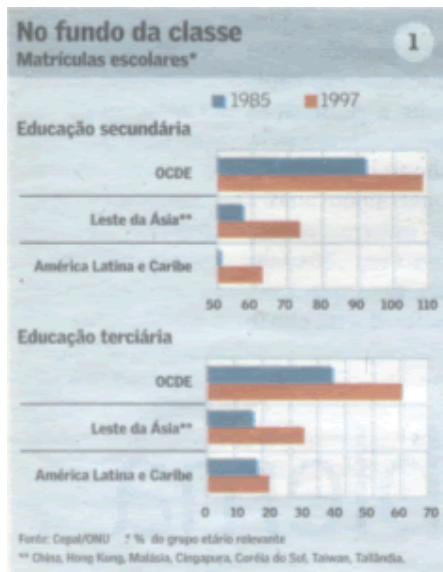
Mais latino-americanos estão recebendo educação, mas ainda há muito o que fazer para se chegar ao nível de outras regiões.

As promessas de grandes melhorias na educação básica tiveram o maior destaque no manifesto que conquistou para Vicente Fox a vitória nas eleições presidenciais no México. O mesmo ocorreu no Brasil com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Enquanto seus antecessores esbanjavam verbas nas universidades, buscando treinar uma pequena elite, a atual geração de líderes latino-americanos afirma reconhecer a importância de garantir que todas as crianças, em especial as mais pobres, tenham escolaridade adequada. Há um amplo consenso regional no sentido de que melhorar a quantidade e a qualidade da educação é vital para o desenvolvimento econômico, para reduzir as desigualdades e distorções da América Latina, e para criar democracias estáveis. No ano passado, na Reunião de Cúpula das Américas, os líderes do hemisfério comprometerem-se a implantara educação primária universal até 2010. Prometeram também que, até lá, pelo menos 75% dos jovens de cada país completarão a escola secundária. Essa retórica presidencial corresponde à realidade das salas de aula?

Sem dúvida, houve progressos. Dois terços das crianças latino-americanas têm hoje pelo menos alguma educação secundária. Apenas a metade tinha chegado a esse nível em meados dos anos 80. Os jovens mexicanos agora recebem, em média, 7,7 anos de escolaridade, para apenas 1,7 anos em 1940. As matrículas escolares

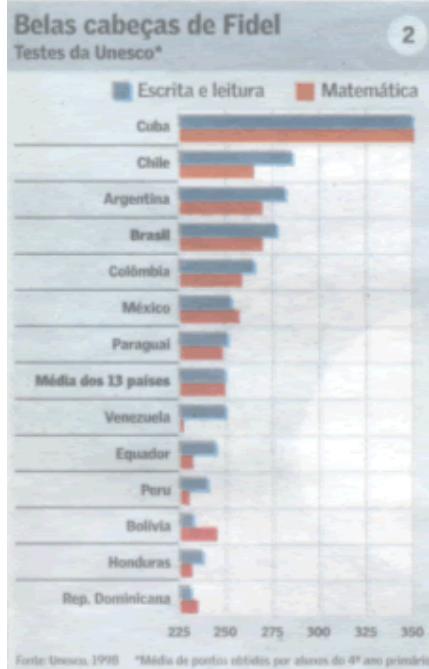
aumentaram como consequência de diversos programas governamentais realizados no Brasil, México, Argentina, Honduras e Nicarágua, onde as famílias pobres recebem pagamentos da assistência social, desde que os filhos frequentem a escola regularmente. Isso ajudou o Brasil - que até há pouco ocupava o fim da fila de toda a região - a conseguir a educação primária quase universal, pela primeira vez em sua história. *Progresa*, o programa mexicano, foi tão bem-sucedido que alguns economistas agora pedem que seja implantado nos EUA.

Mas é aí que param as boas notícias. Em termos de anos de escolaridade o resto do mundo progrediu mais rápido, deixando a América Latina ainda mais para trás (gráfico 1). As taxas de matrícula gerais de uma região escondem enormes disparidades locais. No México, por exemplo, o analfabetismo em algumas áreas rurais atinge 21%, o dobro da média nacional. John Scott, pesquisador da CIDE, uma universidade da Cidade do México, afirma que, enquanto os 10% mais ricos do país têm, em geral, 12 anos de escola, os 10% mais pobres têm em média apenas 2 anos de educação.



Além de fraca em termos de anos de estudo, a escola latino-americana também é de baixa qualidade. No ano passado, a OCDE publicou os primeiros resultados de um estudo, feito em 32 países, realizado para medir a proficiência dos jovens de 15 anos em matemática, ciências e sua língua natal. Alguns países em desenvolvimento chegaram perto da média mundial (por exemplo, a Polônia) ou até a superaram (Coréia do Sul). Mas o Brasil e o México, os dois únicos países latino-americanos na primeira listagem de resultados, ficaram muito atrás dos outros participantes. Logo serão divulgados novos resultados, incluindo os dados para o Chile. Os pesquisadores da OCDE já prevêem que esse país também ficará na rabeira da colocação mundial.

O que toma esses resultados ainda mais preocupantes é que em 1998 o Brasil, o Chile e o México ficaram entre os melhores em desempenho educacional, em testes realizados pela Unesco com alunos do primário em 13 países latino-americanos (gráfico 2). A primeira da classe nesses testes foi Cuba, cujo ditador, Fidel Castro, tornou a educação parte integral de sua revolução desde que chegou ao poder em 1959, embora em prejuízo de outros direitos.



O que está errado? Gastos que pensa Fox, que promete aumentar 7,5% do PIB mexicano. Alguns investimentos em professores e novas salas de aula, para ampliar os períodos de estudo. Entretanto, seria possível realizar muito mais, com as verbas existentes. Para começar, países como México e Brasil teriam mais dinheiro para gastar em suas escolas se o orçamento para educação não fosse tão inclinado para as universidades públicas (cujos alunos, em geral, vêm de famílias capazes de pagar uma vaga em universidades particulares). No Brasil, as universidades públicas atendem a apenas 2% de todos os alunos do sistema educacional, mas recebem 25% dos recursos para a educação.

Ainda mais importante: com as escolas desorganizadas e os professores mal treinados, boa parte dos gastos em educação é desperdiçada. As escolas da Polônia e da Hungria produzem alunos de nível mundial, embora gastem só um pouco mais do que o Brasil ou México, segundo a OCDE. Estudos feitos em outros países já mostraram que o sistema educacional funciona melhor quando as escolas recebem objetivos claros e suas realizações são monitoradas através de testes independentes, sendo-lhes dada, porém, bastante liberdade administrativa quanto à maneira de atingir esses objetivos. Em contraste, na América Latina as escolas sofrem de excesso de centralização e falta de regulamentação.

É comum os professores receberem apenas um mínimo de orientação sobre o que ensinar, e pouco ou nenhum treinamento sobre como ensinar. Na falta de objetivos claros a serem atingidos pelos alunos de cada idade, os professores "trabalham no escuro", diz Andreas Schleicher, um dos organizadores do estudo da OCDE. O estudo descobriu ainda que muitos professores imaginavam, erradamente, que seus alunos estavam indo bem, e portanto não os estimulavam a conseguir melhores resultados.

Esses problemas foram perpetuados por uma falta quase completa de cobrança de resultados na educação. O normal é não haver exames públicos, nem avaliação independente das escolas. Muitas vezes, deixa-se a cargo do professor elaborar seus próprios testes para cada classe. Não existe pressão para melhorar os níveis de desempenho, já que ninguém sabe quais são os parâmetros desejados. Mesmo assim, muitas vezes se exige dos alunos de baixo rendimento que repitam o ano. Esses alunos de mais idade congestionam o sistema (sem eles, o Brasil teria vagas suficientes para todos na escola secundária). Mesmo assim, muitos acabam abandonando a escola.

Mudar tudo isso exige vontade política para enfrentar as objeções dos poderosos sindicatos dos professores e de outras alas do sistema educacional. Em alguns lugares, isso já começa a acontecer. O ministro da Educação do Brasil, Paulo Renato Souza, está conquistando aceitação para seus exames padronizados, que testam o desempenho de escolas e universidades. Mas Fox continua batalhando para realizar seu plano mais importante na área: ele deseja que um instituto independente realize os testes escolares. Depois de um ano de luta contra grupos de professores e outros, o plano continua sendo nada mais que uma boa idéia.

Assim, também, as iniciativas para dar mais autonomia às escolas estão progredindo, mas devagar. Um esquema de auto-administração escolar no estado de Minas Gerais, com apoio do Banco Mundial, apresentou resultados promissores, assim como na Colômbia o projeto *Escuela Nueva*, que envolve os pais e os alunos na administração das escolas. Chile e Venezuela estão experimentando variações sobre o esquema de vales escolares, em que o Estado paga, mas a educação fica a cargo de instituições independentes, frequentemente religiosas.

insuficientes com a educação? É o orçamento da área de 4,5% para países necessitam de mais

Talvez o sinal mais promissor seja a maior boa-vontade para reconhecer o fracasso. Não faz muito tempo, em 1995, o México tentou impedir a publicação de seus maus resultados escolares num estudo internacional. Apesar de todo o progresso, porém, os governos latino-americanos precisarão mostrar muito mais empenho, insistindo em reformas difíceis, mas necessárias, para que a região não continue lá no fundo, na classe mundial.

Fonte: Jornal *Valor Econômico*, 14 de Maio de 2002.